

# Parlamentarismo começa em março, propõe Cabral

A implantação do sistema parlamentarista está marcada para 15 de março de 1988, independentemente da data da promulgação da nova



Constituição brasileira. Esta foi a principal decisão da reunião de ontem entre o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o professor Miguel Reale Júnior e os relatores-adjuntos do PMDB.

Amanhã, Cabral apresenta o seu substitutivo à Comissão de Sistematização propondo o sistema parlamentarista ao estilo alemão, conforme proposto pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), fixando em cinco anos o mandato do presidente Sarney, que tem o poder de indicar o primeiro-ministro e chefe do Governo, mediante aprovação da maioria simples do Congresso Nacional. Para o relator, manter o parlamentarismo em seu substitutivo é uma questão de convicção pessoal, a despeito de defensores politicamente fortes do sistema presidencialista, como o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas e o próprio presidente Sarney.

Até ontem, o único ponto polêmico ainda não fechado era a anistia. Cabral defende, além do benefício aos cassados em 1946 e ainda não-anistiados, a abrangência da anistia para todos os cassados em 1969, em virtude da suspeita de falsificação da assinatura do então presidente da República, general Costa e Silva. Mas, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, este é o ponto mais difícil e, por isso, "só Deus sabe como será resolvido até quarta-feira".

O grupo não conseguiu chegar a um acordo na questão do conceito de empresa nacional e decidiu manter o texto do atual projeto em discussão na Constituinte, recusando na idéia inicial de acatar a proposta do Projeto Hércules, do grupo liderado pelo senador José Richa, que diferenciava empresa nacional de empresa brasileira de capital estrangeiro. Também foi modificado o artigo sobre exploração de minérios em terras indígenas, passando da competência exclusiva da União para a competência de empresas nacionais, desde que aprovadas pela Funai e pelo Congresso Nacional.

Segundo Fernando Henrique, hoje o grupo tentará obter o apoio do PFL, antes da apresentação do texto à Sistematização.



Parlamentarismo é uma das garantias de Cabral no substitutivo

## Constituinte pode acabar sem apreciar projeto de decisão

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte poderão ser concluídos antes mesmo da apreciação de oito projetos de decisão que estão engavetados na mesa da presidência. O único projeto que foi votado até agora pela Comissão de Sistematização é o do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco estrangeiro. Todos os outros já passaram pela Comissão, mas não foram apreciados por falta de quorum.

Segundo o regimento interno da Constituinte os projetos de decisão destinam-se a suspender medidas que possam prejudicar ou ameaçar os trabalhos e decisões da Assembléia. A apresentação de um projeto de decisão, no entanto, não é simples. O autor da proposta precisa para apresentá-la colher 187 assinaturas de constituintes — representando um terço da Assembléia.

Mesmo assim, oito projetos conseguiram cumprir as exigências. O primeiro a ser apresentado foi o que determina a auditoria da dívida externa, do deputado Hermes Zaneti (PMDB). Instituição de imposto de renda para magistrados e parlamentares, parcelamento das dívidas das microempresas, transmissão obrigatória das votações da Constituinte pelo rádio e televisão, suspensão da Lei de Segurança Nacional e eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988, são os outros projetos, que dificilmente sairão das gavetas do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

### Cobrança

Como todos não foram aprovados na Comissão de Sistema-

tização por falta de quorum, cabe à Mesa decidir o seu futuro. Todos os oito projetos de decisão têm parecer contrário ao acolhimento por impertinência, ou seja, os temas não prejudicam ou ameaçam os trabalhos da Constituinte. Mesmo assim, a Mesa pode levá-los ao plenário, mas como o regimento interno não estabelece prazos eles só entrarão na ordem do dia para votação, quando «surgir uma oportunidade».

Diariamente os autores dos projetos pedem informações à Mesa para saber quando entrarão na ordem do dia ou se serão arquivados definitivamente. Na semana passada — enquanto as sessões da Constituinte se destinavam a discussão do Projeto — o presidente em exercício, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), explicou ao autor do projeto que estabelece auditoria da dívida externa, deputado Hermes Zaneti (PMDB-RS), que só a partir dessa semana o deputado Ulysses Guimarães irá incluí-lo na ordem do dia.

Existe, no entanto, outra tese. O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), segundo vice-presidente da Constituinte, acredita que nenhum desses projetos chegará ao plenário. «O regimento é claro, se o parecer é contrário, o futuro é o arquivo». Ressalta que o plenário só apreciará o projeto de Paulo Ramos, já que ele foi aprovado pela Comissão de Sistematização. O Projeto porém teve uma aprovação confusa e contestada pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna. A votação contrariou o regimento interno, já que foi realizada em um final de semana e sem a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão de Sistematização.

### O CALENDÁRIO

- Amanhã (quarta-feira)
- Cabral apresenta, às 17h00, o seu Substitutivo à Comissão de Sistematização.
- Quinta-feira (27.08)
- Publicação de avulsos
- Sexta-feira (28.08)
- Abre-se um prazo de seis dias para apresentação de emendas de mérito ao texto do relator.
- 03/09
- O relator tem oito dias para dar novo parecer sobre as emendas.
- 08/09
- Apresentação do parecer à Sistematização.
- De 08 a 19/09
- A Comissão de Sistematização discute e vota o Substitutivo do relator e o parecer sobre as emendas.
- 20/09
- Chegada do Projeto de Constituição ao plenário da Constituinte para discussão e votação em dois turnos.

## Sindicalistas iniciam lobby por estabilidade

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — Diap —, vai intensificar sua pressão sobre os parlamentares para fazer com que as propostas a favor dos trabalhadores — como a jornada de 40 horas e a estabilidade no emprego — sejam aprovadas na Constituinte. O trabalho está sendo feito em quatro etapas e prevê até a divulgação de um perfil de todos os constituintes e sua atuação em relação às reivindicações trabalhistas.

Ulysses Riedel, diretor-técnico do Diap, explica que o trabalho está articulado em duas partes, visível, que é o contato direto com os parlamentares, a articulação en-

tre as entidades sindicais e os partidos políticos, e a parte invisível, onde os sindicatos, movimentos populares, Câmaras de Vereadores e igrejas, cobrarão diretamente dos constituintes, em suas bases, pelo cumprimento das promessas feitas em campanha.

Para o diretor-técnico do Diap, a pressão só se faz «porque um considerável número de parlamentares, que eu estimo em 1/3 do Congresso, faz um discurso progressista durante a campanha e se comporta como conservador na Constituinte. Numa sociedade democrática há lugar para os reacionários, mas não para os mentirosos», afirma Ulysses Riedel.